



Prefeitura Municipal de Chapadão do Sul

Estado de Mato Grosso do Sul

LEI Nº 1.249, DE 08 DE JULHO DE 2020

“Dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para a elaboração e execução da Lei Orçamentária para o exercício de 2021 e dá outras providências”.

O **Prefeito Municipal** de Chapadão do Sul, Estado de Mato Grosso do Sul, no uso de suas atribuições legais,

Faço saber que a **Câmara Municipal** decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte LEI:

Art. 1º. Ficam estabelecidas, nos termos desta Lei, as diretrizes gerais para elaboração dos Orçamentos Anuais do Município, para o exercício de 2021, observado o disposto no art. 165, § 2º, da Constituição, e na Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000, e subseqüentes, no que couber, compreendendo em especial:

- I.** as metas e prioridades da Administração Pública Municipal;
- II.** a estrutura e organização dos orçamentos;
- III.** as diretrizes específicas para o Poder Legislativo;
- IV.** as diretrizes gerais para elaboração do Orçamento do Município e suas alterações;
- V.** as diretrizes específicas do orçamento fiscal;
- VI.** as diretrizes específicas do orçamento de investimento;
- VII.** as diretrizes específicas do orçamento da seguridade social;
- VIII.** as disposições relativas às despesas com pessoal e encargos sociais;
- IX.** as disposições sobre alterações na legislação tributária;
- X.** as disposições finais.

Parágrafo único. Integram esta lei os seguintes Anexos:

- I.** de Metas e Prioridades da Administração Pública Municipal;
- II.** de Metas Fiscais; e
- III.** de Riscos Fiscais.

CAPÍTULO I

DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 2º. As Metas e Prioridades da Administração Pública Municipal para o exercício de 2021 são as especificadas no Anexo de Metas e Prioridades, que integra esta lei, as quais terão precedência na alocação de recursos na Lei Orçamentária, mas não se constituem em limite à programação das despesas.

§ 1º. Na elaboração da proposta orçamentária para o exercício financeiro de 2021





Prefeitura Municipal de Chapadão do Sul

Estado de Mato Grosso do Sul

será dada maior prioridade:

- I. à promoção do desenvolvimento econômico sustentável; e
- II. à austeridade na gestão dos recursos públicos;
- III. na transparência na gestão fiscal.

§ 2º. A execução das ações vinculadas às prioridades e metas do Anexo que se refere o *caput* estará condicionada à manutenção do equilíbrio das contas públicas, conforme Anexo de Metas Fiscais que integra a presente lei.

CAPÍTULO II

DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Art. 3º. A proposta orçamentária do Município de Chapadão do Sul, relativo ao exercício financeiro de 2021 deverá ser encaminhado à Câmara Municipal até 31 de agosto de 2020, ele compreenderá a programação dos Poderes Legislativo e Executivo do Município, seus órgãos, e Fundos Municipais instituídos e mantidos pela Administração Pública Municipal.

Art. 4º. Para efeito desta lei, entende-se por:

I. função: maior nível de agregação das diversas áreas de despesa que competem ao setor público, em conformidade com a Portaria STN/SOF nº 163/2001 e suas alterações;

II. subfunção: uma participação da função que visa agregar determinado subconjunto da despesa do setor público, em conformidade com a Portaria STN/SOF nº 163/2001 e suas alterações;

III. programa: o instrumento de organização da ação governamental visando a concretizar os objetos pretendidos, sendo mensurado por indicadores estabelecidos no Plano Plurianual;

IV. atividade: um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de governo;

V. projeto: um instrumento de programa para alcançar o objetivo de um programa envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação de governo;

VI. operação especial: as despesas que não contribuem para a manutenção das ações de governo, das quais não resulta um produto, e não geram contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços;

VII. natureza da despesa: trata da classificação da despesa por categoria econômica e elementos;

VIII. órgão orçamentário: o maior nível da classificação institucional, que tem por finalidade agrupar unidades orçamentárias;

IX. unidade orçamentária: o menor nível da classificação institucional, agrupada em órgãos orçamentários, entendidos estes como os de maior nível da classificação institucional.

§ 1º. Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de atividade, projetos e operações especiais, especificando os respectivos valores das metas, bem como as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.



Prefeitura Municipal de Chapadão do Sul

Estado de Mato Grosso do Sul

§ 2º. Cada, projeto, atividade, e operação especial identificará a função e a subfunção às quais se vinculam.

Art. 5º. O projeto de Lei orçamentária a ser encaminhado ao Poder Legislativo, compreenderá:

- I. Mensagem do Poder Executivo;
- II. Texto da Lei;
- III. Consolidação dos quadros orçamentários (fiscal, seguridade social e investimento), contendo a programação dos órgãos e entidades do Poder Executivo e Poder Legislativo, bem como de seus fundos, na forma dos anexos previstos na Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964;
- IV. Discriminação da legislação da receita, referente aos orçamentos fiscais e da seguridade social.

Art. 6º. O Orçamento da Administração Municipal discriminará a despesa por unidade orçamentária, detalhada por categoria de programação em seu menor nível, com as respectivas dotações, especificando a esfera orçamentária, as categorias econômicas, os grupos de natureza da despesa, as modalidades de aplicação, os elementos de despesa e as fontes de recursos.

§ 1º. As categorias econômicas estão assim detalhadas:

- I. Despesas Correntes; e
- II. Despesas de Capital.

§ 2º. Nos grupos de natureza da despesa o seguinte detalhamento:

- I. pessoal e encargos sociais;
- II. juros e encargos da dívida;
- III. outras despesas correntes;
- IV. investimentos;
- V. inversões financeiras e
- VI. amortização da dívida.

§ 3º. As especificações das modalidades de aplicação e dos elementos de despesa são os constantes da Portaria STN/SOF nº 163/2001 e suas alterações.

§ 4º. As fontes de recursos serão especificadas para cada projeto e ou atividade, conforme estabelecido pelo Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.

§ 5º. Para a identificação dos recursos, o Poder Executivo poderá criar novas fontes durante a execução orçamentária.

Art. 7º. O projeto de Lei relativo ao Orçamento de 2021, será apreciado pela Câmara Municipal, respeitados os dispositivos constantes da Lei Orgânica do Município.

§1º. Serão rejeitados pela Comissão de Orçamento e Finanças e perderão o direito de destaque em plenário, as emendas que:

- I. Contrariarem o estabelecido as normas contábeis e de responsabilidade fiscal;





Prefeitura Municipal de Chapadão do Sul

Estado de Mato Grosso do Sul

- II. No somatório total, reduzirem a dotação do projeto ou atividade em valor superior a 25 %;
- III. Não apresentarem objetivos e metas compatíveis com o orçamento da unidade, com a unidade orçamentária, projeto ou atividade, esfera orçamentária, grupo de natureza de despesa e fonte de recursos;
- IV. Anularem, mesmo que parcialmente, o valor das dotações orçamentárias provenientes de:
 - a) recursos destinados a pessoal e encargos sociais;
 - b) recursos para o atendimento de serviços da amortização da dívida. c) recursos para o pagamento de precatórios judiciais;
 - d) recursos vinculados;
 - e) recursos destinados à Educação e Saúde.
- V. A emenda coletiva terá preferência sobre a individual quando ambas versarem sobre o mesmo objeto no projeto de lei orçamentária.

CAPÍTULO III

DAS DIRETRIZES ESPECÍFICAS PARA O PODER LEGISLATIVO

Art. 8º. O total da despesa do Poder Legislativo Municipal, para o exercício de 2021, incluídos os subsídios dos Vereadores e excluído os gastos com inativos, não poderá ultrapassar a 7% (sete por cento), relativo ao somatório da receita tributária e das transferências previstas no § 5º do art. 153 e nos art. 158 e 159 da Constituição Federal, conforme previsão contida no art. 29-A do mesmo instrumento legal, efetivamente arrecadada no exercício anterior.

Art. 9º. Deverá constar na Lei Orçamentária Anual, as emendas parlamentares, aprovadas no limite de 1,2% (um inteiro e dois décimos por cento) da receita corrente líquida do exercício de 2019, sendo que a metade deste percentual será destinado a ações e serviços públicos de saúde, conforme Emenda à Lei Orgânica nº 01/2019.

§ 1º. O valor orçamentário previsto no caput deste artigo será rateado em igualdade de condições entre os Vereadores no efetivo exercício do cargo e será destinado às ações parlamentares que deverão constar em rubrica própria na Lei Orçamentária Anual, sendo vedada a destinação das Emendas Individuais para a Secretaria de Assistência Social ou para fim de Subvenção Social, conforme Emenda à Lei Orgânica nº 01/2019 e o art. 166 da Constituição Federal.

Art. 10. O Poder Legislativo encaminhará ao Executivo sua proposta orçamentária para fins de consolidação, até o dia 02 de agosto do corrente ano.

Art. 11. A despesa total com pessoal do Poder Legislativo não poderá ultrapassar a 6% (seis por cento) da Receita Corrente Líquida.



Prefeitura Municipal de Chapadão do Sul

Estado de Mato Grosso do Sul

Art. 12. O duodécimo devido à Câmara Municipal será repassado na proporção de 1/12 (um doze avos) até o dia 20(vinte) de cada mês, conforme previsto no artigo 29-A da Constituição Federal.

CAPÍTULO IV

DAS DIRETRIZES GERAIS PARA A ELABORAÇÃO DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO E SUAS ALTERAÇÕES

Art. 13. A elaboração do projeto, a aprovação e a execução da Lei Orçamentária de 2021 deverão ser realizadas de modo a evidenciar a transparência da gestão fiscal, observado o princípio da publicidade e permitindo o amplo acesso da sociedade a todas as informações relativas a cada uma dessas etapas, conforme previsto no art. 48 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, e no art. 44 da Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001.

§ 1º. Para o efetivo cumprimento da transparência da gestão fiscal de que trata o caput deste artigo, fica incumbido ao órgão de Controle Interno as seguintes atribuições:

I. exercer as atividades previstas na Lei Orgânica em seu artigo 57, visando prestar auxílio à fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial mediante o desempenho de atividades relacionadas ao regular encaminhamento de dados e documentos ao “Portal da Transparência” do Executivo Municipal e ao TCE-MS;

II. desenvolver o planejamento, métodos e medidas para salvaguardar a remessa de documentos, dados e informações ao TCE-MS;

III. promover a integração e a articulação com outros órgãos, departamentos e setores com intuito de colaborar na execução de suas tarefas e rotinas necessários ao regular encaminhamento de documentos ao TCE-MS;

IV. identificar os órgãos, departamentos ou setores que tem apresentado atrasos em suas tarefas e rotinas, gerando a entrega intempestiva de documentos, dados e informações ao TCE-MS, assim como determinar a aplicação das penalidades cabíveis aos superiores hierárquicos;

V. manter atualizado o endereço eletrônico “Portal da Transparência” do Executivo Municipal, de livre acesso a todo cidadão, com os instrumentos de gestão descritos no caput do artigo 48 da Lei Complementar nº 101/2000; e

§ 2º. A Câmara Municipal, as Fundações e as Autarquias enviarão até o dia 10 (dez) de cada mês, os dados contábeis eletrônicos (Matriz de Saldos Contábeis) e as demonstrações da execução orçamentária do mês anterior para fins de integração à contabilidade geral do município de forma a atender as exigências dos artigos 52, 53 e 54 da Lei Complementar Federal nº 101/2000.

§ 3º. Será dada ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público:

I. pelo poder Legislativo, no que couber, os instrumentos de gestão previstos no caput do artigo 48 da Lei Complementar nº 101 de 4 de maio de 2000.

II. pelo poder Executivo:

a) a estimativa das receitas de que trata o § 3º do artigo 12 da Lei Complementar 101/2000;

b) os planos, orçamentos e leis de diretrizes orçamentárias;

c) o Relatório Resumido da Execução Orçamentária;





Prefeitura Municipal de Chapadão do Sul

Estado de Mato Grosso do Sul

d) o Relatório de Gestão Fiscal

§ 4º. Em situações especiais de preservação da saúde pública ou outra calamidade grave, desde que sancionado por ato do Executivo, as Audiências Públicas de elaboração e discussão dos planos, lei de diretrizes orçamentárias e orçamentos (art. 48, §1º, I da Lei Complementar Federal nº 101/2000), poderão ocorrer de forma eletrônica, por meio de canais da internet de comunicação visual.

Art. 14. O Poder Executivo deverá elaborar e publicar a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso no prazo de até 30 (trinta) dias após a publicação da Lei Orçamentária, especificado por órgão, nos termos do art. 8º da Lei Complementar nº 101/2000.

Parágrafo único. O Poder Legislativo, Fundações e Autarquias deveram enviar no prazo de até 10 (dez) dias após a publicação da Lei Orçamentária, ao poder executivo, a programação de desembolso mensal para o referido exercício.

Art. 15. No prazo previsto no artigo anterior desta lei, o Poder Executivo deverá publicar as receitas previstas, desdobradas em metas bimestrais, com a especificação, em separado, quando cabível, das medidas de combate à evasão e à sonegação, bem como, das quantidades e valores das ações ajuizadas para cobrança da dívida e o montante dos créditos tributários não ajuizados e inscritos em Dívida Ativa passíveis de cobrança administrativa, nos termos do art. 13 da Lei Complementar Federal nº 101/2000.

Art. 16. Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita poderá afetar as metas estabelecidas, o Poder Executivo promoverá, por ato próprio e nos montantes necessários, nos trinta dias subsequentes, limitação de empenho e movimentação financeira para as seguintes despesas abaixo:

I. racionalização das despesas com publicidade na divulgação de investimentos e serviços públicos;

II. reduzir despesas com eventos e festividades comemorativas;

III. racionalização com diárias, viagens e equipamentos;

IV. redução dos gastos com combustíveis para a frota de veículos;

V. contingenciamento das dotações apropriadas para outras despesas de custeio;

VI. racionalização de despesas com horas extras;

VII. racionalização de possíveis vantagens concedidas a servidores; e

VIII. exoneração de servidores ocupantes de cargos em comissão de livre nomeação e exoneração.

Parágrafo único. Não se submeterão a limitação de empenho previstas no caput, as despesas com pessoal e encargos sociais, precatórios e sentenças judiciais, o cronograma anual de desembolso mensal ao Poder Legislativo terá como referencial o repasse previsto no art. 168 da Constituição, na forma de duodécimo.

Art. 17. Além de observar as demais diretrizes estabelecidas nesta lei, a alocação dos recursos na lei orçamentária e em seus créditos adicionais será feita de forma a propiciar o controle dos custos das ações e a avaliação dos resultados dos programas de governo.

Art. 18. As propostas parciais dos Poderes Legislativo e Executivo, bem como



Prefeitura Municipal de Chapadão do Sul

Estado de Mato Grosso do Sul

as de seus Órgãos, Fundos Municipais serão elaboradas segundo os preços vigentes no mês de junho de 2020 e apresentadas a Secretaria de Finanças e Planejamento até o dia 10 de julho de 2020, para fins de consolidação do projeto de lei orçamentária.

Art. 19. A Lei Orçamentária não consignará recursos para início de novos projetos sem antes ter assegurado recursos suficientes para obras ou etapas de obras em andamento e para conservação do patrimônio público, salvo projetos programados com recursos de convênios e operações de crédito.

Art. 20. É obrigatória à destinação de recursos para compor a contrapartida de transferências voluntárias efetuadas pela União e pelo Estado, bem como de empréstimos internos e externos e para o pagamento de sinal, de amortização, de juros e de encargos, observado o cronograma de desembolso da respectiva operação.

Art. 21. A Assessoria Jurídica do Município encaminhará a Secretaria de Finanças e Planejamento, até 10 de julho do corrente ano, a relação dos débitos decorrentes de precatórios judiciais a serem incluídos na proposta orçamentária de 2021 devidamente atualizados, conforme determinado pelo art. 100, §1º, da Constituição Federal, especificando:

- I. número e data do ajuizamento da ação originária;
- II. número de precatório;
- III. tipo da causa julgada;
- IV. data da autuação do precatório;
- V. nome do beneficiário;
- VI. valor do precatório a ser pago;
- VII. data do trânsito em julgado; e
- VIII. número da vara ou comarca de origem.

Art. 22. As despesas com publicidade de interesse do Município restringir-se-ão aos gastos necessários à divulgação de investimentos, serviços públicos, de campanhas de natureza educativa ou preventiva, e com a publicação de editais e outros atos legais.

Art. 23. Na programação da despesa não poderão ser:

- I. fixadas despesas sem que estejam definidas às respectivas fontes de recursos e legalmente instituídas as unidades executoras;
- II. vincular receita de impostos, a órgãos, fundos ou despesas ressalvadas as previstas nos termos do inciso IV do art. 167 da Constituição Federal; e
- III. feitos pagamentos, a qualquer título, a servidor da Administração Direta ou Indireta por serviços de consultoria ou assistência técnica ou qualquer serviço ligado à administração municipal.

Art. 24. Despesas de competência de outros entes da federação só serão assumidas pela Administração Municipal quando firmados convênios, acordos ou ajustes e previstos recursos na lei orçamentária, conforme art. 62 da Lei Complementar Federal nº 101/2000.

Art. 25. A transferência de recursos do Tesouro Municipal a entidades privadas, beneficiará somente aquelas de caráter educativo, assistencial, recreativo, cultural, esportivo, de cooperação técnica, voltadas para o fortalecimento do associativismo municipal e dependerá de autorização em Lei específica (art. 4º, I, "f" e 26 da LRF).





Prefeitura Municipal de Chapadão do Sul

Estado de Mato Grosso do Sul

§ 1º. Para atender ao disposto no caput, durante a execução orçamentária do exercício de 2021 o Poder Executivo poderá encaminhar ao Poder Legislativo projeto de lei para a abertura de Crédito Adicional Especial.

§ 2º. À concessão de subvenções sociais só se dará a entidades previamente registradas nos respectivos Conselhos e Fundações Municipais, Entidades de Classe, e desde que não estejam inadimplentes, com relação à prestação de contas de recursos anteriormente recebidos da administração pública municipal, através de convênios, acordos, ajustes, contribuições, auxílios e similares.

Art. 26. É vedada à destinação de recursos públicos para instituições ou entidades privadas que não tornem suas contas acessíveis à sociedade civil.

Art. 27. As receitas diretamente arrecadadas por Órgãos, Autarquias, Fundação e Fundos Municipais instituídos e mantidos, pelo poder Público Municipal, bem como pelas Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista em que o Município direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto, respeitadas suas peculiaridades legais, serão programadas de acordo com as seguintes prioridades:

I. custeios administrativo e operacional, inclusive com pessoal e encargos sociais;

II. garantia do cumprimento dos princípios constitucionais em especial no que se refere ao ensino fundamental e à saúde e ao disposto no artigo 40 desta Lei

III. contribuições do Município ao sistema de seguridade social;

IV. pagamento de amortização, juros e encargos da dívida;

V. pagamentos de sentenças judiciais;

VI. contrapartidas dos convênios, dos programas objetos de financiamentos nacionais e internacionais e das operações de crédito;

Parágrafo único. Somente depois de atendida às prioridades supra-arroladas poderão ser programados recursos para atender a novos investimentos.

Art. 28. O controle de custos e avaliação de resultados previstos nos artigos 4º, inciso I, alínea “e”, e 50, § 3º, da Lei Complementar nº 101/2000, serão realizados pelo sistema de controle interno ou pelo sistema de planejamento referido no caput deste artigo, conjunta ou isoladamente com as Secretarias Municipais de Administração e de Finanças e Planejamento.

CAPÍTULO V

DIRETRIZES ESPECÍFICAS DO ORÇAMENTO FISCAL

Art. 29. O Orçamento Fiscal estimará as receitas efetivas e potenciais de recolhimento centralizado de Tesouro Municipal e fixará as despesas dos Poderes Legislativo e Executivo bem como as de seus Órgãos, Autarquias, Fundação e Fundos Municipais, de modo a evidenciar as políticas e programas de governo, respeitadas os princípios da unidade, da universalidade e da exclusividade.

Parágrafo único. Os estudos para a definição do Orçamento da Receita para o Exercício de 2021 deverão observar os efeitos da alteração da legislação tributária,





Prefeitura Municipal de Chapadão do Sul

Estado de Mato Grosso do Sul

incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a ampliação da base de cálculo dos tributos e a sua evolução nos três últimos exercícios e a projeção para os exercícios seguintes, conforme estabelece o art. 12 da Lei Complementar Federal nº 101/2000.

Art. 30. É vedada à realização de operações de crédito que excedam o montante das despesas de capital, ressalvadas as autorizadas mediante créditos adicionais suplementares ou especiais com finalidade precisa.

Art. 31. Na estimativa da receita e na fixação da despesa serão considerados:

I. os fatores conjunturais que possam vir a influenciar a produtividade;

II. o aumento ou a diminuição dos serviços prestados e a tendência do exercício;

e

III. as alterações tributárias.

Art. 32. O Município aplicará, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) de sua receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências constitucionais, na Manutenção e no Desenvolvimento do Ensino, conforme dispõe o artigo 212 da Constituição Federal.

Art. 33. O Município aplicará no mínimo, 15% (quinze por cento) em ações e serviços públicos de saúde, conforme disposto no inciso III, do artigo 7º da Emenda Constitucional nº 29/2000 e no artigo 77, inciso III, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Art. 34. A lei orçamentária conterá Reserva de Contingência em montante equivalente a, no mínimo, 0,5% (meio por cento) da Receita Corrente Líquida.

§ 1º. Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, obtenção de resultado primário positivo se for o caso.

§ 2º. Para fins de utilização dos recursos a que se refere o caput, considera-se como eventos fiscais imprevistos, a que se refere a alínea "b" do art. 5º da Lei de Responsabilidade Fiscal, a abertura de créditos adicionais para o atendimento de despesas não previstas ou insuficientemente dotadas na Lei Orçamentária de 2021.

§ 3º. O Projeto de Lei Orçamentária de 2021 conterá reservas específicas para atendimento de emendas parlamentares, equivalente ao montante previsto no art. 9º desta Lei.

§ 4º. As categorias de programação modificadas ou incluídas pelo Legislativo Municipal, por meio de emendas parlamentares, deverão ser detalhadas com as informações do tipo de emenda, do número, do autor, da classificação funcional e programática, do objetivo da emenda.

Art. 35. A Secretaria de Finanças e Planejamento, encarregada pelo planejamento orçamentário, comandará as alterações orçamentárias, observadas as reduções, contenções e não aplicações de despesas em determinadas unidades, em favor das demais unidades orçamentárias, objetivando a aplicação em áreas prioritárias de





Prefeitura Municipal de Chapadão do Sul

Estado de Mato Grosso do Sul

maior concentração de necessidade de serviços públicos.

Parágrafo único. A Secretaria de Finanças e Planejamento fica autorizada a realizar a abertura de créditos adicionais especiais para a criação de programas, projetos/atividades e elementos de despesa, fontes de recursos e seus respectivos valores, que na execução orçamentária se fizerem necessários ou que apresentem insuficiência de dotação, de acordo com os artigos 40, 41, 42 e 43 e seus parágrafos e incisos, constantes da Lei Federal 4.320/64, podendo a Administração Municipal remanejar as dotações entre as diversas unidades orçamentárias e diferentes fontes de receita prevista nesta Lei Orçamentária.

Art. 36. A Lei Orçamentária Anual definirá o percentual em que o Poder Executivo ficará autorizado a abrir créditos adicionais suplementares e os remanejamentos, as transposições e as transferências de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, utilizando os recursos previstos no art.43, § 1º, da Lei nº 4.320/64.

§ 1º. Se houver excesso de arrecadação em qualquer das fontes de recursos, fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito suplementar até o limite do excesso evidenciado em qualquer, programa, projetos ou atividades, considerando a tendência de arrecadação do exercício nos Fundos, Fundações, Autarquias e Órgãos, considerando os excessos por fontes de receita.

§ 2º. O município poderá proceder a transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro através de Decreto nos termos do artigo 167 inciso VI da Constituição Federal, limitado ao Crédito autorizado para respectiva unidade.

§ 3º. Para alterar grupo de despesa, fonte e modalidade de aplicação, desde que não haja modificação no valor previsto do gasto do respectivo projeto/atividade.

Art. 37. Em decorrência do disposto no artigo 66 e seu parágrafo único, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1.964, fica o Executivo Municipal autorizado a movimentar por órgãos centrais de controle as dotações atribuídas às diversas unidades orçamentárias e a redistribuir parcelas das dotações, de uma para outra unidade.

Parágrafo único. As autorizações contempladas no caput deste artigo são extensivas às dotações orçamentárias consignadas ao Poder Legislativo e às programações orçamentárias dos fundos e dos órgãos da administração indireta.

Art. 38. Os Créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos quatro meses do exercício, poderão ser reabertos no exercício subsequente, por ato do Chefe do Poder Executivo, conforme o disposto no § 2º do artigo 167 da Constituição Federal.

CAPÍTULO VI

DIRETRIZES ESPECÍFICAS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO

Art. 39. O orçamento Fiscal destinará recursos, mediante projetos específicos às empresas que compõem o Orçamento de Investimento.





Prefeitura Municipal de Chapadão do Sul

Estado de Mato Grosso do Sul

Art. 40. O Orçamento de Investimentos das Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista terão sua despesa totalizada por empresa, ficando seu programa de trabalho destacado por projeto e/ou atividade segundo a mesma classificação funcional programática adotada nos demais orçamentos.

Art. 41. Não se aplicam às empresas integrantes do Orçamento de Investimento as normas gerais da Lei Federal nº 4.320/64 no que concerne ao regime contábil, à execução do orçamento e ao demonstrativo de resultados.

§ 1º. Excetua-se do dispositivo neste artigo à aplicação, no que lhe couber, dos artigos 109 e 110 da Lei Federal nº 4.320/64 para as finalidades a que se destinam.

§ 2º. Os desembolsos com aquisição de direitos do ativo imobilizado serão considerados investimentos nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei nº 9.457, de 05 de maio de 1997.

§ 3º. A mensagem que encaminhar a proposta orçamentária anual à Câmara Municipal será acompanhada de demonstrativos que informem os montantes dos orçamentos globais de cada uma das entidades referidas neste artigo com o detalhamento das fontes que financiarão suas despesas.

CAPÍTULO VII

DIRETRIZES ESPECÍFICAS DO ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL

Art. 42. O orçamento da seguridade social compreenderá as dotações destinadas a atender as ações de saúde, previdência e assistência social; obedecerá ao disposto nos artigos 194 e seguintes da Constituição Federal e contará, dentre outros, com recursos provenientes:

- I.** das contribuições sociais previstas constitucionalmente;
- II.** das receitas próprias dos órgãos, entidades e fundos que integram o orçamento de que trata este artigo;
- III.** de transferência de recursos do orçamento fiscal do Município, sob forma de contribuições;
- IV.** de convênios ou transferências de recursos do Estado e/ou da União.

Parágrafo único. Os recursos para atender as ações de que trata este artigo obedecerão aos valores estabelecidos no Orçamento Fiscal.

Art. 43. A proposta orçamentária da seguridade social será elaborada pelas unidades orçamentárias (ou administrativas) e submetida ao respectivo conselho que irão acompanhar e avaliar a respectiva execução física dos orçamentos, respeitando as prioridades definidas no artigo 2º, desta Lei.

CAPÍTULO VIII

DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Avenida Seis, 706 – Centro – Chapadão do Sul - MS
CNPJ: 24.651.200/0001-72 – Fone: (67) 3562-5680 - www.chapadaodosul.ms.gov.br





Prefeitura Municipal de Chapadão do Sul

Estado de Mato Grosso do Sul

Art. 44. As despesas com pessoal e encargos sociais dos poderes Executivo e Legislativo serão fixadas observando-se ao disposto, nas normas constitucionais aplicáveis, Lei Complementar Federal nº 101/2000 e a legislação municipal em vigor.

Art. 45. A revisão salarial dos servidores municipais deverá seguir os preceitos estabelecidos no art. 37, inciso X, da Constituição Federal, e os artigos 18, 19, 20, 21 e 71 da Lei Complementar Federal nº 101/2000

Art. 46. Para efeitos de atendimento ao disposto no art.169, § 1º, inciso II, e art. 37, incisos XII e XIV, da Constituição Federal, os Poderes Executivo e Legislativo poderão propor projeto de lei visando revisão do sistema de pessoal de forma a:

I. melhorar a qualidade do serviço público, mediante a valorização do servidor municipal, reconhecendo a função social do seu trabalho;

II. proporcionar desenvolvimento profissional dos servidores municipais, mediante a realização de programas de treinamento dos recursos humanos;

III. proporcionar desenvolvimento pessoal dos servidores municipais, mediante a realização de programas informativos, educativos e culturais;

IV. melhorar as condições de trabalho, equipamentos e infraestrutura, especialmente no que concerne à saúde, alimentação, segurança no trabalho e justa remuneração.

§ 1º. Observadas as disposições contidas nos artigos 43 e 44 desta lei e demais disposições legais pertinentes, o Executivo e o Legislativo poderão propor projetos de lei visando:

I. à reorganização dos planos de cargos, carreira e salários decorrentes da aplicação do disposto nos artigos 18 e 50 da Lei Orgânica do Município;

II. à concessão, absorção de vantagens e aumento de remuneração de servidores;

III. ao provimento de cargos e contratações de emergência, estritamente necessárias respeitadas e legislação municipal vigente;

§ 2º. Para atingir os fins do caput deste artigo os poderes, executivo e legislativo, implementarão as seguintes medidas, sem prejuízo de outras que se fizerem necessárias:

I. continuidade da implantação do inciso XIV, do artigo 37, da Constituição Federal;

II. instituição de valor máximo de remuneração para os servidores dos Poderes Legislativo, e Executivo;

III. incremento da compensação financeira entre o Regime de Previdência do Município com os da União, Estados, outros municípios e Regime Geral;

IV. aumento da receita corrente líquida, por meio do incremento das ações fiscais.

Art. 47. As regras previstas nos artigos 46, 47 e 48 desta lei, estendem-se ao Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Chapadão do Sul (IPMCS).

Art. 48. O disposto no § 1º do art. 18 da Lei Complementar nº 101/2000 aplica exclusivamente para fins de cálculo do limite da despesa total com pessoal independente da legalidade ou validade dos contratos.



Prefeitura Municipal de Chapadão do Sul

Estado de Mato Grosso do Sul

Parágrafo único. Não se considera como substituição de servidores e empregados públicos para efeito do caput, os contratos de terceirização a execução indireta de atividades que, simultaneamente:

I. sejam acessórios, instrumentos ou complementares, aos assuntos que constituem área e competência legal do órgão ou entidade;

II. não sejam a categorias funcionais, abrangidas por plano de cargos do quadro pessoal do órgão ou entidade, salvo expressa disposição legal em contrário, ou quando tratar de cargo ou categoria extinto, total ou parcialmente.

Art. 49. A despesa com pessoal ativo, inativo, pensionista e encargos sociais do Executivo não poderá exceder no exercício de 2021, ao limite de 54% (cinquenta e quatro por cento) da Receita Corrente Líquida (RCL), conforme dispõe a alínea "b" do inciso III do artigo 20 da Lei Complementar nº 101 de 04/05/00.

§ 1º. Entende-se por Receita Corrente Líquida o somatório das receitas de impostos, taxas e contribuições de melhoria, de contribuições, patrimoniais, agropecuárias, industriais, de serviços, transferências correntes e outras receitas correntes, e deduzidas:

I. contribuição dos servidores para o custeio, de seu sistema de previdência e assistência social;

II. receitas provenientes da compensação financeira citada no §9º do art. 201 CF;

III. dedução da receita para a formação do FUNDEB.

§ 2º. A receita corrente líquida será apurada somando-se as receitas arrecadadas no mês em referência e nos onze meses anteriores, excluídas as duplicidades.

Art. 50. A verificação do cumprimento do limite estabelecido no artigo anterior, será realizada ao final de cada semestre.

Parágrafo único. Na hipótese da despesa de pessoal exceder aos limites previstos na Lei Complementar 101/2000, aplicar-se-á o disposto nos artigos 22 e 23 da mesma.

Art. 51. Fica autorizada a realização de concursos públicos para preenchimento de cargos na estrutura administrativa dos Poderes do Município, a fim de suprir deficiência de mão-de-obra ou ampliar os serviços básicos do município, desde que obedecidos os limites legais mencionados neste capítulo.

CAPÍTULO IX

DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA NO MUNICÍPIO

Art. 52. Ocorrendo alterações, na legislação tributária em vigor, decorrentes de lei aprovada até o término deste exercício que implique acréscimo em relação à estimativa de receita constante do projeto de lei orçamentária, fica o Poder Executivo autorizado a proceder os devidos ajustes na execução orçamentária, observadas as normas previstas na Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.



Art. 53. Os tributos poderão ser corrigidos monetariamente segundo a variação estabelecida pelo INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) ou outro indexador que venha a substituí-lo, mediante decreto do Poder Executivo.

Art. 54. O poder executivo providenciará, a fim de assegurar a programação e arrecadação de recursos, revisões tributárias, vinculadas especialmente:

I. à revisão das isenções dos tributos municipais, para manter o interesse público e a justiça fiscal, bem como minimizar situações de despesa com lançamentos e cobrança de valores irrisórios;

II. tratamento tributário diferenciado à microempresa, ao micro produtor rural, à empresa de pequeno porte e ao produtor rural de pequeno porte.

III. à adequação e modernização da legislação tributária municipal em decorrência de alterações nas normas estaduais e federais;

IV. à modernização dos procedimentos de administração tributária, especialmente quanto ao uso dos recursos de informática;

V. ao controle da Circulação de Mercadorias e Serviços produzidos e comercializados no Município, para efeitos de crescimento do índice de participação no ICMS;

VI. às amostragens populacionais periódicas, visando à obtenção de ganhos maiores nos recursos do Fundo de Participação dos Municípios – FPM, distribuídos em função de receita da União, do Imposto Sobre Produtos Industrializados;

VII. continuidade à implementação de medidas tributárias de proteção à economia local, em especial, às cadeias tradicionais e históricas do município, geradoras de renda e trabalho; e

VIII. fiscalização e controle de renúncias fiscais condicionadas.

Art. 55. Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, incluído o principal e os encargos cuja totalização seja inferior ao valor de R\$ 1.000,00 (um mil reais), na época do ajuizamento da ação, não serão objeto de cobrança judicial, ante o princípio da economicidade e não se constitui em renúncia de receita para efeito do disposto no artigo 14 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

Parágrafo único. Os incentivos para pagamento em cota única, ou com redução do número de parcelas, bem como redução de juros e multas para recolhimento da Dívida Ativa, e, ainda, a instituição de bônus para os pagamentos a vista, por período fixado em Lei específica, também não se constituem em renúncia de receita face previsão constante Anexo II. Metas Fiscais - Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita.

Art. 56. Na previsão da receita para o exercício financeiro de 2021, serão observados os incentivos e os benefícios estabelecidos por leis municipais de isenções, de incentivo à industrialização, isenção por compensação de prejuízos em decorrência de obras públicas e ainda aquelas previstas no Código Tributário do Município conforme detalhado no Anexo de Metas Fiscais – Demonstrativo da Estimativa da Renúncia de Receita.

Art. 57. Os valores apurados nos artigos 52 e 53 desta lei não serão considerados na previsão da receita de 2021, nas respectivas rubricas orçamentárias.



Prefeitura Municipal de Chapadão do Sul

Estado de Mato Grosso do Sul

CAPÍTULO X DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 58. Os valores das metas fiscais, anexas, devem ser vistos como indicativo e, para tanto, ficam admitidas variações de forma a acomodar a trajetória que as determine até o envio do projeto de lei orçamentária de 2021 ao Legislativo Municipal.

Parágrafo único. Ficam automaticamente revistas às previsões dos resultados orçamentário, nominal e primário, em conformidade com os valores previstos e fixados na Lei Orçamentária 2021.

Art. 59. Para os efeitos do disposto no artigo 16 da Lei Complementar Federal nº 101/2000:

I. as especificações nele contidas integrarão o processo administrativo de que trata o artigo 38 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, bem como os procedimentos de desapropriação de imóveis urbanos a que se refere o § 3º do artigo 182 da Constituição Federal;

II. entende-se como despesas irrelevantes, para fins do § 3º do art. 16 da Lei Complementar Federal nº 101/2000, aqueles cujo valor não ultrapasse, para bens de serviços, os limites dos incisos I e II do artigo 24 da Lei nº 8.666/1993, e suas alterações.

Art. 60. Cabe a Secretaria Municipal de Finanças e Planejamento a responsabilidade pela coordenação da elaboração orçamentária de que trata esta lei.

Parágrafo único. A Secretaria Municipal de Finanças e Planejamento determinará sobre:

I. o calendário das atividades para a elaboração dos orçamentos;

II. a elaboração e a distribuição do material que compõe as propostas parciais do Orçamento Anual dos Poderes Legislativo e Executivo do Município, seus Órgãos, Autarquias, Fundações, Fundos e Sociedades de Economia Mista; e

III. as instruções para o devido preenchimento das propostas parciais dos orçamentos de que trata esta lei.

Art. 61. Todas as receitas realizadas e despesas efetuadas pela Administração Direta, pelas Autarquias, pela Fundação e pelos Fundos Municipais integrantes do Orçamento Fiscal, incluídas as diretamente arrecadadas serão devidamente classificadas e contabilizadas no mês em que ocorrer o respectivo ingresso.

Art. 62. São vedados quaisquer procedimentos, pelos ordenadores de despesas, que possibilitem a execução destas sem a comprovada e suficiente disponibilidade de dotação orçamentária.

Parágrafo único. Serão registrados, no âmbito de cada órgão, todos os atos e fatos relativos à gestão orçamentária, financeira efetivamente ocorridas, sem prejuízo das disponibilidades e providências derivadas da inobservância do caput deste artigo.

Art. 63. A execução do orçamento da despesa obedecerá, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, a dotação fixada para cada Grupo de Natureza de



Despesas ou Modalidade de Aplicação, com apropriação dos gastos nos respectivos elementos de que trata a Portaria STN nº 163/2001.

Parágrafo único. O Quadro de Detalhamento de Despesas – QDD será divulgado pela Secretaria Municipal de Finanças e Planejamento, por publicação ou disponibilização nos órgãos de comunicação do Município.

Art. 64. Os recursos provenientes de convênios repassados pelo Município deverão ter sua aplicação comprovada mediante prestação de contas à Secretaria Municipal de Finanças e Planejamento.

Art. 65. Os recursos decorrentes de emendas que ficarem sem despesas correspondentes ou alterem os valores da receita orçamentária, poderão ser utilizados mediante créditos suplementares e especiais com prévia e específica autorização legislativa, nos termos do § 8º do art. 166, da Constituição Federal.

Art. 66. O Chefe do Poder Executivo Municipal está autorizado a assinar convênios com os Governos Federais, Estaduais e Municipais, através de seus órgãos da administração direta e indireta para realização de obras ou serviços de competência do Município ou não em Parcerias ou outras.

Art. 67. Nos termos da Resolução nº 88/2018 do TCE/MS o ordenador de despesa de cada órgão ou unidade orçamentária designará os servidores responsáveis para cumprimento das obrigações junto ao TCE/MS.

§ 1º. Caso o servidor não venha a cumprir os prazos determinados pelas normas do TCE/MS poderá ser responsabilizado pelo atraso na remessa de documentos, e será de seu encargo o pagamento de eventuais multas e penalidades, desde que seja comprovada sua responsabilidade no descumprimento dos prazos.

§ 2º. A remessa de documentos fora do prazo não ocasionada pelo servidor responsável, bem como outras irregularidades, deverá ser de responsabilidade do ordenador de despesa ou do servidor que deu caso ao descumprimento do prazo, sendo de responsabilidade de quem deu causa ao atraso ou irregularidade o pagamento das multas.

Art. 68. Fica o Poder Executivo autorizado a atualizar automaticamente o Plano Plurianual vigente para o período de 2018 a 2021, de acordo com o orçamento para 2021.

Art. 69. A Câmara Municipal, as Fundações e as Autarquias encaminharão à Secretaria Municipal de Finanças e Planejamento, até o dia último dia útil de fevereiro de 2021, os dados publicados e os arquivos eletrônicos de remessa ao TCE/MS das Prestações de Contas de Gestão do exercício encerrado de 2020, para a incorporação na Prestação de Contas de Governo.

Art. 70. Se o Projeto de Lei Orçamentária não for aprovado até 31 de dezembro de 2020, a programação dele constante poderá ser executada em cada mês, até o limite de 1/12 (um doze avos) do total de cada Unidade Orçamentária, enquanto não se completar o ato sancionatório.



Prefeitura Municipal de Chapadão do Sul

Estado de Mato Grosso do Sul

Art. 71. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Chapadão do Sul - MS, 08 de julho de 2020.

JOÃO CARLOS KRUG
Prefeito Municipal
-Assinado Digitalmente-





Prefeitura Municipal de Chapadão do Sul

Estado de Mato Grosso do Sul

ANEXO I

AS PRIORIDADES E AS METAS

DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

PODER LEGISLATIVO

Programa: 0001 - Ação Legislativa

- Garantir ao Poder Legislativo os meios necessários ao cumprimento de suas atribuições constitucionais, qualificando, agilizando e modernizando os seus serviços e procedimentos legislativos, tendo por objetivo atender eficazmente os anseios da sociedade.
- Dar continuidade à ampliação, construção, reforma e recuperação do espaço físico do Poder Legislativo, visando à racionalização no desempenho das tarefas inerentes à atividade parlamentar e administrativa.
- Dotar o Poder Legislativo dos materiais, equipamentos e veículos necessários à qualificação e otimização de suas atribuições institucionais.

PODER EXECUTIVO

SAÚDE

Programa: 0002 – Fortalecimento da Gestão da Saúde

- Atuar em parceria com o Governo Estadual e/ou Federal: na aquisição de UTI móvel; na criação do centro regional de especialidades médicas; na ampliação e construção de ESF's; na aquisição de equipamentos necessário a manutenção e aprimoramentos dos serviços de saúde.
- A gestão da Saúde tem que ser praticada diariamente com foco na prevenção, combatendo as infestações de dengues, zica vírus e chikungunya com a criação de calendários anuais de ações que antecipam o controle destes vetores, ampliando as campanhas de vacinações, adquirindo novos equipamentos para exames mais precisos.
- Aperfeiçoar os programas de saúde existentes (ESF, NASF, CAPS, Academia da Saúde, Hospital Municipal, entre outros);
- Com intuito de fortalecer a construção dos processos e práticas do planejamento integrado do SUS neste novo ciclo de gestão, a Secretaria Municipal de Saúde será articulada para o atingimento de metas e objetivos voltados a satisfação da população.





Prefeitura Municipal de Chapadão do Sul

Estado de Mato Grosso do Sul

EDUCAÇÃO

Programa: 0003 – Promover a Educação como oportunidade de futuro

- Existem grandes oportunidades de avanço na área educacional para o município de Chapadão do Sul e a melhoria nessa área afeta todas as demais, inclusive em outros macros objetivos. Com melhora da educação, problemas de segurança pública, saúde e assistência social diminuem drasticamente.
- Atuar com foco nas metas estabelecidas no PME - Plano Municipal de Educação (Lei Municipal nº 1.050, de 26 de agosto de 2015), atualizado pelo Decreto nº 3.116, de 29 de abril de 2019.
- Com a missão de garantir a qualidade do ensino e da aprendizagem e vislumbrando o atingimento das metas pactuadas, a Secretaria Municipal de Educação buscará através de seus programas ampliar a rede educacional de Chapadão do Sul, valorizar seus profissionais, garantir conforto e confiabilidade no transporte escolar, utilizar cada vez mais produtos naturais e que agregam valor nutricional nas merendas.
- Buscar parcerias com o Governo Estadual e/ou Federal: na aquisição de materiais pedagógicos, na aquisição de veículos para o Transporte Escolar; na ampliação e construção de Centros de Educação Infantil; na aquisição de equipamentos necessário a manutenção e aprimoramentos dos serviços educacionais.
- Criar mecanismo comunitário para atendimento da comunidade estudantil, por meio da cedência de sinal de internet, Wifi gratuito e de qualidade, com acesso em diversos pontos da cidade.
- Promover a capacitação dos Servidores da Educação, para ensino à distância – EAD, tendo em vista, o cenário ocorrido tempestivamente no ano de 2020.

PLANEJAMENTO, LOGÍSTICA E INFRAESTRUTURA

Programa: 0004 – Planejamento de Qualidade, Futuro Renovado

- Atuar em parceria com o Governo Estadual e/ou Federal: na ampliação das ruas pavimentadas; na melhoria na rede de iluminação pública; no recapeamento das vias públicas deterioradas; e na construção de drenagem de águas pluviais.
- Chapadão do Sul tem uma ampla malha de rodovias rurais, utilizadas diariamente para o escoamento da produção, que necessitam de restauração, além de novas vias que podem ser implantadas.
- Garantir a provisão de saneamento básico para todo o perímetro urbano de Chapadão do Sul, mediante o tratamento de água, na canalização e tratamento de esgotos, na limpeza pública de ruas e avenidas.





Prefeitura Municipal de Chapadão do Sul

Estado de Mato Grosso do Sul

- Realizar a destinação final adequada dos resíduos sólidos, onde pretendemos adotar medidas efetivas de coleta e tratamento do lixo domiciliar.
- Construção, ampliação e reforma de prédios públicos, solucionando os problemas de pequenos vultos e estudando as melhores alternativas para a solução das obras em situação precárias.
- Aguardamos a concretização das parcerias estabelecidas com o Governo Estadual e Federal, onde estamos solicitamos: o asfaltamento da ligação da BR 060 com pouso alto (redução 40KM); o asfaltamento da MS 425, da BR 060 até a usina IACO (trecho 20km);

HABITAÇÃO

Programa: 0005 - Reduzir o déficit e a inadequação habitacional

- A população sul chapadense há tempos vem reivindicando a elaboração de projetos habitacionais, aproveitando este momento oportuno de integração entre os governos Federal, Estadual e Municipal para combater o déficit habitacional, elaboraremos as seguintes metas:
 - a) Construção de conjuntos habitacionais com infraestrutura publica,
 - b) Doação de projetos de construção para pessoas de baixa renda;
 - c) Desenvolver projetos de habitação para Trabalhadores Rurais.
- A Prefeitura Municipal atuará diretamente na produção de novas moradias, destinadas prioritariamente aos moradores em assentamentos precários em processo de urbanização que precisem ser removidos por situação de risco ou por necessidade de desadensamento.
- Para os residentes em Chapadão do Sul com renda de até 1 salário mínimo, inicialmente, a Prefeitura disponibilizará área com infraestrutura onde serão construídas unidades habitacionais em parceria com os Governos Estaduais e/ou Federais.
- Nos casos de famílias cuja renda se situe entre 1 e 3 salários mínimos, deve ser estabelecida contrapartida financeira para auxílio no custeio da promoção habitacional, onde a Municipalidade atuará contribuindo na aquisição dos lotes, além de garantir a infraestrutura urbana adequada.
- Criar o programa "Kit Material de Construção" destinado a doações de materiais de construção para famílias carentes de Chapadão do Sul – MS.

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL

Programa: 0006 – Desenvolvimento Econômico e Sustentável

- Em conciliação com as metas estipuladas pelo Governo Estadual, estamos estabelecendo a diretriz de "Atrair investimentos para o maior dinamismo e diversificação





Prefeitura Municipal de Chapadão do Sul

Estado de Mato Grosso do Sul

das atividades econômicas". A direção está claramente voltada para o estímulo a negócios mais dinâmicos e para a exploração de novas atividades, principalmente em segmentos que reforcem as vantagens competitivas de Chapadão do Sul. Para isso pretendemos realizar a:

- Criação do Polo Industrial;
- Ampliação do Polo Empresarial;
- Implantação do Projeto de Incubadora de empresas;
- Contribuir para a expansão sustentável da atividade agropecuária, pela implementação de políticas e mecanismos de apoio à produção, comercialização, armazenamento e consumo;
- Apoiar projetos que deem suporte a ganhos de competitividade e melhoria do bem-estar social dos envolvidos em todos os estágios da cadeia produtiva do agronegócio;
- Promover condições para o surgimento de novas indústrias, fortalecer as indústrias já existentes;
- Propor benefícios fiscais e viabilizar infraestrutura básica para implantação de estabelecimentos industriais,
- Viabilizar investimento em profissionalização da mão de obra sul chapadense;
- Estimular a criação, o crescimento e a consolidação de empreendimentos já existentes.

ASSISTÊNCIA SOCIAL

Programa: 0007 – Gestão Social, defesa da Cidadania e Direitos Humanos

- Colaborar com os cidadãos que se encontram em situações de vulnerabilidade e riscos sociais, mediante programas, projetos, benefícios e serviços socioassistenciais básicos e especializados, assegurando a centralidade na família e a convivência familiar e comunitária.
- Apoiar as entidades sócios assistenciais que atuam em Chapadão de Sul, para realizarmos ações claras e objetivas com as crianças e adolescentes, acolhimentos de pessoas em situação de rua, com o grupo da terceira idade.
- Buscar apoio junto ao Governo Estadual e/ou Federal na aquisição de equipamentos e na construção, ampliação e reforma dos Centros de Referências da Assistência Social.

GESTÃO ADMINISTRATIVA

Programa: 0008 - Aperfeiçoamento da Gestão Pública

Programa: 0900 - Encargos Gerais do Município

Programa: 0901 - Previdência Própria

Programa: 0999 - Reserva de Contingência



Prefeitura Municipal de Chapadão do Sul

Estado de Mato Grosso do Sul

- Gerir a administração pública com foco nos custos para a geração de informações, que irão subsidiar as decisões governamentais de alocação mais eficiente do gasto público.
- Proporcionar a comunidade sul chapadense todos os meios necessários a transparência dos gastos públicos, e a eficiência dos serviços prestados.
- Prosseguir com a retificação de ações de simplificação e desburocratização processos.
- Restaurar a credibilidade da Prefeitura Municipal de Chapadão do Sul, assim como combater à Evasão Fiscal agindo com efetividade na arrecadação e racionalização dos gastos públicos.
- Prosperar ainda mais nas ações voltadas a valorização e qualificação dos servidores públicos municipais;

ESPORTE, LAZER E CULTURA

Programa: 0009 - Esporte, Cultura e Recreação

- Valorizar e promover o acesso, a formação e a difusão das artes e a diversidade das expressões artísticas, voltadas para a preservação e expansão do patrimônio cultural do município, com ênfase na cidadania.
- Contemplar a prática esportiva como estratégica na melhoria da qualidade de vida para a população. As ações do Município deverão ter maior amplitude, apoiando atletas de alta performance, mas também proporcionando à população em geral a oportunidade de desfrutar com maior constância de momentos esportivos e atividades de lazer. Para tanto, é fundamental a recuperação da infraestrutura esportiva e o estímulo aos profissionais da área.
- Pretendemos realizar a construção de espaços de lazer multiusos nos bairros, desenvolver e aprimorar as pistas de caminhadas, construção de unidade poliesportiva.

SEGURANÇA PÚBLICA

Programa: 0010 – Apoio a Segurança Pública

- Apoiar as equipes de Segurança Pública instaladas em nosso município (Polícia Civil, Polícia Militar e Corpo de Bombeiros) colaborando na manutenção de seus veículos, prédios, até mesmo para se instalarem em Chapadão do Sul, onde o custo do aluguel é um dos mais elevados da região.
- A Prefeitura tem estudado a possibilidade de criação da guarda municipal; a implantação de monitoramento das vias públicas e próprio públicos por meio de câmeras de segurança; e em apoio ao Estado colaborar para a implantação da polícia comunitária.



Prefeitura Municipal de Chapadão do Sul

Estado de Mato Grosso do Sul

- Para atender a possíveis situações de emergência e de calamidade pública a Prefeitura, por meio da Defesa Civil do Município, destacará equipes e recursos financeiros e materiais para socorrer emergencialmente os cidadãos afetados. Para isso tem constantemente buscado parcerias junto aos Governos Estaduais e Federais para a realização de treinamentos, aquisição de equipamentos e materiais de socorro.

MEIO AMBIENTE

Programa: 0011 – Qualidade Ambiental

- Nosso Programa de Meio-Ambiente visa utilizar a biodiversidade e os recursos naturais de maneira sustentável, assim como com o incentivar as boas práticas de sustentabilidade ambiental nas atividades econômicas.
- Para acelerar o desenvolvimento econômico e agir dentro de um cenário imediatista no combate a irregularidade ambientais, estamos providenciando junto ao IMASUL – Governo Estadual a celebração de convênio para a concessão e fiscalização de licenciamento ambiental, reduzindo o tempo médio de análise e concessão.
- Em conjunto com o Fundo Municipal do Meio Ambiente estudaremos propostas práticas de preservação do Meio Ambiente, da arborização urbana, de métodos eficientes de coleta e destinação final de resíduos sólidos.

Chapadão do Sul - MS, 08 de julho de 2020.

JOÃO CARLOS KRUG

Prefeito Municipal

-Assinado Digitalmente-





Prefeitura Municipal de Chapadão do Sul

Estado de Mato Grosso do Sul

ANEXO II

ANEXO DE METAS FISCAIS

- Demonstrativo 1 – Metas Anuais;**
- Demonstrativo 2 – Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior;**
- Demonstrativo 3 – Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Metas Fiscais Fixadas nos Três Exercícios Anteriores;**
- Demonstrativo 4 – Evolução do Patrimônio Líquido;**
- Demonstrativo 5 – Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos;**
- Demonstrativo 6 – Avaliação da Situação Financeira e Atuarial do RPPS;**
- Demonstrativo 7 – Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita;**
- Demonstrativo 8 – Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado.**

ANEXO DE RISCOS FISCAIS



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 20DE-638D-B29E-C4ED

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

✓ JOÃO CARLOS KRUG (CPF 250.233.811-53) em 08/07/2020 16:16:22 (GMT-04:00)
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://chapadaodosul.1doc.com.br/verificacao/20DE-638D-B29E-C4ED>

CHAPADÃO DO SUL/MS
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
METAS ANUAIS

AMF - Demonstrativo 1 (LRF, art. 4º, § 1º)

EXERCÍCIO 202

ESPECIFICAÇÃO	2021				2022				2023			
	Valor Corrente (a)	Valor Constante	% PIB (a / PIB) x 100	% RCL (a / RCL) x 100	Valor Corrente (b)	Valor Constante	% PIB (b / PIB) x 100	% RCL (b / RCL) x 100	Valor Corrente (c)	Valor Constante	% PIB (a / PIB) x 100	% RCL (a / RCL) x 100
Receita Total	190.128.000,00	183.256.000,00	0,151	115,984	201.871.000,00	186.642.000,00	0,150	115,984	214.452.000,00	190.191.000,00	0,148	115,984
Receitas Primárias (I)	187.580.000,00	180.800.000,00	0,149	114,430	199.166.000,00	184.141.000,00	0,148	114,430	211.578.000,00	187.642.000,00	0,146	114,430
Despesa Total	190.162.637,89	183.289.000,00	0,151	116,005	201.871.000,00	186.642.000,00	0,150	115,984	214.452.000,00	190.191.000,00	0,148	115,984
Despesas Primárias (II)	173.950.000,00	167.663.000,00	0,139	106,115	184.739.000,00	170.803.000,00	0,137	106,141	196.298.000,00	174.091.000,00	0,136	106,166
Resultado Primário (I-II)	13.630.000,00	13.137.000,00	0,011	8,315	14.427.000,00	13.338.000,00	0,011	8,289	15.280.000,00	13.551.000,00	0,011	8,264
Resultado Nominal	22.171.362,11	21.370.000,00	0,018	13,525	23.578.000,00	21.799.000,00	0,018	13,547	25.047.000,00	22.213.000,00	0,017	13,546
Dívida Pública Consolidada	1.914.000,00	1.845.000,00	0,002	1,168	1.337.000,00	1.236.000,00	0,001	0,768	760.000,00	674.000,00	0,001	0,411
Dívida Consolidada Líquida	(132.767.000,00)	(127.968.000,00)	(0,106)	(80,992)	(141.485.000,00)	(130.812.000,00)	(0,105)	(81,290)	(150.692.000,00)	(133.644.000,00)	(0,104)	(81,500)

Fonte: Prestação de Contas de Governo (BG) dos exercícios de 2017, 2018 e 2019 e Lei Orçamentária de 2020.

CHAPADÃO DO SUL/MS
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR

EXERCÍCIO 2021

AMF - Demonstrativo 2 (LRF, art. 4º, §2º, inciso I)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	Metas Previstas em 2019 (a)	% PIB	% RCL	Metas Realizadas em 2019 (b)	% PIB	% RCL	Variação	
							Valor (c) = (b-a)	% (c/a) x 100
Receita Total	162.830.000,00	0,130	108,952	155.497.714,74	0,142	108,282	(7.332.285,26)	(4,503)
Receitas Primárias (I)	156.430.000,00	0,125	104,670	151.383.902,37	0,138	105,417	(5.046.097,63)	(3,226)
Despesa Total	162.830.000,00	0,130	108,952	144.849.080,13	0,132	100,867	(17.980.919,87)	(11,043)
Despesas Primárias (II)	147.223.000,00	0,118	98,509	142.644.184,65	0,130	99,331	(4.578.815,35)	(3,110)
Resultado Primário (-II)	9.207.000,00	0,007	6,161	8.739.717,72	0,008	6,086	(467.282,28)	(5,075)
Resultado Nominal	(19.468.869,44)	(0,016)	(13,027)	20.288.481,46	0,019	14,128	39.757.350,90	(204,210)
Dívida Pública Consolidada	967.817,01	0,001	0,648	2.471.997,95	0,002	1,721	1.504.180,94	155,420
Dívida Consolidada Líquida	(133.861.139,66)	(0,107)	(89,569)	(112.340.640,15)	(0,103)	(78,229)	21.520.499,51	(16,077)

Fonte: Lei Municipal nº 1.182/2018 (LDO 2019) e Prestação de Contas de Governo (BG) do exercício de 2019

EXERCÍCIO 2021

RS 1,00

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CORRENTES											
	2018		2019		2020		2021		2022		2023	
		%		%		%		%		%		%
Receita Total	144.356.286,73		155.497.714,74		182.000.000,00		190.128.000,00		201.871.000,00		214.452.000,00	
Receitas Primárias (I)	145.139.882,14	4,30	151.383.902,37	4,30	176.947.000,00	16,89	187.580.000,00	6,01	199.166.000,00	6,18	211.578.000,00	6,23
Despesa Total	136.795.317,28	5,89	144.849.080,13	5,89	182.000.000,00	25,65	190.162.637,89	4,48	201.871.000,00	6,16	214.452.000,00	6,23
Despesas Primárias (II)	135.463.241,44	5,30	142.644.184,65	5,30	164.655.000,00	15,43	173.950.000,00	5,65	184.739.000,00	6,20	196.268.000,00	6,26
Resultado Primário (I-II)	9.676.650,70	(9,66)	8.739.717,72	(9,66)	12.292.000,00	40,65	13.630.000,00	10,89	14.427.000,00	5,85	15.280.000,00	5,91
Resultado Nominal	16.718.055,12	21,36	20.288.481,46	21,36	18.298.000,00	(9,81)	22.171.362,11	21,17	23.578.000,00	6,34	25.047.000,00	6,23
Divida Pública Consolidada	1.588.344,71	55,63	2.471.997,95	55,63	2.525.000,00	2,14	1.914.000,00	(24,20)	1.337.000,00	(30,15)	760.000,00	(43,16)
Divida Consolidada Líquida	(101.105.149,59)	(112,340,640,15)			(124.476.000,00)	10,80	(132.767.000,00)	6,66	(141.485.000,00)	6,57	(150.692.000,00)	6,51

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CONSTANTES											
	2018		2019		2020		2021		2022		2023	
			%		%		%		%		%	
Receita Total	155.760.444,17	161.717.623,33	3,82	182.000.000,00	12,54	183.256.000,00	0,69	186.642.000,00	1,85	190.191.000,00	1,90	
Receitas Primárias (I)	156.605.943,62	157.439.258,46	0,53	176.947.000,00	12,39	180.800.000,00	2,18	184.141.000,00	1,85	187.642.000,00	1,90	
Despesa Total	147.602.147,35	150.643.043,34	2,06	182.000.000,00	20,82	183.289.000,00	0,71	186.642.000,00	1,83	190.191.000,00	1,90	
Despesas Primárias (II)	146.164.837,51	148.349.952,04	1,49	164.655.000,00	10,99	167.663.000,00	1,83	170.803.000,00	1,87	174.091.000,00	1,93	
Resultado Primário (I-II)	10.441.106,11	9.089.306,43	(12,95)	12.292.000,00	35,24	13.137.000,00	6,87	13.338.000,00	1,53	13.551.000,00	1,60	
Resultado Nominal	18.038.781,47	21.000.020,72	16,97	18.298.000,00	(13,28)	21.370.000,00	16,79	21.799.000,00	2,01	22.213.000,00	1,90	
Divida Publica Consolidada	1.713.823,94	2.570.877,87	50,01	2.525.000,00	(1,78)	1.845.000,00	(26,93)	1.236.000,00	(33,01)	674.000,00	(45,47)	
Divida Consolidada Liquida	(109.092.456,41)	(116.834.265,76)	7,10	(124.476.000,00)	6,54	(127.968.000,00)	2,81	(130.812.000,00)	2,22	(133.644.000,00)	2,16	

Fonte: Prestação de Contas de Governo (BG) dos exercícios de 2017, 2018 e 2019 e Lei Orçamentária de 2020.

CHAPADÃO DO SUL/MS
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

EXERCÍCIO 2021

AMF – Demonstrativo 4 (LRF, art.4o, § 2o, inciso III)

R\$ 1,00

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2019	%	2018	%	2017	%
Patrimônio/Capital		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reservas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Acumulado	90.878.934,67	100,00	83.724.873,07	100,00	82.811.761,42	100,00
TOTAL	90.878.934,67	100,00	83.724.873,07	100,00	82.811.761,42	100,00

REGIME PREVIDENCIÁRIO						
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2019	%	2018	%	2017	%
Patrimônio/Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Acumulado	21.116.088,35	100,00	15.125.957,40	100,00	13.929.476,32	100,00
TOTAL	21.116.088,35	100,00	15.125.957,40	100,00	13.929.476,32	100,00

Fonte: Prestação de Contas de Governo (BG) dos exercícios de 2017, 2018 e 2019.

CHAPADÃO DO SUL/MS
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS

EXERCÍCIO 2021

AMF – Demonstrativo 5 (LRF, art.4º, § 2º, inciso III)

R\$ 1,00

RECÊITAS REALIZADAS	2019 (a)	2018 (b)	2017 (c)
RECEITAS DE CAPITAL – ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)			
Alienação de Bens Móveis	52.911,35	12,30	1.079,08
Alienação de Bens Imóveis	52.900,00		1.050,00
Alienação de Bens Intangíveis			
Rendimentos de Aplicações Financeiras	11,35	12,30	29,08

DESPESAS EXECUTADAS	2019 (d)	2018 (e)	2017 (f)
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)			
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Inversões Financeiras			
Amortização da Dívida			
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	0,00	0,00	0,00
Regime Geral de Previdência Social			
Regime Próprio de Previdência dos Servidores			

SALDO FINANCEIRO	2019 (g) = ((Ia – II(d) + III(h))	2018 (h) = ((Ib – II(e) + III(i))	2017 (i) = ((Ic – II(f))
VALOR (III)	54.002,73	1.091,38	1.079,08

Fonte: Prestação de Contas de Governo (BG) dos exercícios de 2017, 2018 e 2019.

CHAPADÃO DO SUL/MS
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO RPPS

EXERCÍCIO 2021

AMF - Demonstrativo 6 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso IV, alínea "a")

R\$ 1,00

RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES			
PLANO PREVIDENCIÁRIO			
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	2017	2018	2019
RECEITAS CORRENTES (I)	16.191.720,32	16.664.860,49	22.475.335,30
Receita de Contribuições dos Segurados	3.514.943,61	3.593.398,95	4.525.877,12
Civil	3.514.943,61	3.593.398,95	4.525.877,12
Ativo	3.514.943,61	3.577.820,50	4.504.062,23
Inativo	0,00	15.578,45	21.814,89
Pensionista	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições Patronais	5.055.598,53	5.841.058,58	2.950.543,80
Civil	5.055.598,53	5.841.058,58	2.950.543,80
Ativo	5.055.598,53	5.841.058,58	2.950.543,80
Inativo	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	7.620.663,19	7.230.402,96	12.122.999,83
Receitas Imobiliárias			
Receitas de Valores Mobiliários	7.620.663,19	7.230.402,96	12.122.999,83
Outras Receitas Patrimoniais			
Receita de Serviços			
Outras Receitas Correntes	514,99	0,00	2.875.914,55
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS			
Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS (II)			
Demais Receitas Correntes	514,99		2.875.914,55
RECEITAS DE CAPITAL (III)	0,00	692.302,23	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos			
Amortização de Empréstimos		692.302,23	
Outras Receitas de Capital			
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS - (IV) = (I + III - II)	16.191.720,32	17.357.162,72	22.475.335,30
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	2017	2018	2019
Benefícios - Civil	3.044.210,08	4.446.224,35	5.329.898,96
Aposentadorias	2.576.487,08	3.798.363,97	4.595.743,58
Pensões	467.723,00	510.214,65	591.162,01
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	137.645,73	142.993,37
Outras Despesas Previdenciárias	337.347,48	988.716,92	982.245,87
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS			
Demais Despesas Previdenciárias	337.347,48	988.716,92	982.245,87
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (V)	3.381.557,56	5.434.941,27	6.312.144,83
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VI) = (IV - V)	12.810.162,76	11.922.221,45	16.163.190,47
RECURSOS RPPS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	2017	2018	2019
VALOR	73.256.464,32	86.066.627,08	97.988.848,53
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	2017	2018	2019
VALOR	11.066.000,00	13.277.000,00	11.827.000,00
APORTES DE RECURSOS PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS	2017	2018	2019
Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar			
Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos			
Outros Aportes para o RPPS			
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro			
BENS E DIREITOS DO RPPS	2017	2018	2019
Caixa e Equivalentes de Caixa	86.066.627,08	97.988.848,53	114.238.982,76
Investimentos e Aplicações			
Outro Bens e Direitos			

Fonte: Balanço Geral do IPMCS de 2017, 2018 e 2019 (Balanço Orçamentário e Financeiro)

Assinado por 1 pessoa: JOÃO CARLOS KRUG
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://chapaadaodosul.1doc.com.br/verificacao/> e informe o código E33A-E08C-9478-0292



AMF - Demonstrativo 6 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso IV, alínea "a")

R\$ 1,00

PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

PLANO PREVIDENCIÁRIO				
Exercício	Receitas Previdenciárias (a)	Despesas Previdenciárias (b)	Resultado Previdenciário (c) = (a-b)	Saldo Financeiro do Exercício (d) = (d Exercício Anterior) + (c)
2020	20.294.445,63	6.927.543,72	13.366.901,91	127.605.884,67
2021	19.821.417,79	7.410.095,30	12.411.322,49	140.017.207,16
2022	21.099.542,88	8.169.001,79	12.930.541,09	152.947.748,25
2023	22.012.578,94	9.030.301,93	12.982.277,01	165.930.025,26
2024	22.800.216,65	10.007.564,89	12.792.651,76	178.722.677,02
2025	23.610.257,49	11.149.920,04	12.460.337,45	191.183.014,47
2026	24.447.676,63	12.328.064,67	12.119.611,96	203.302.626,43
2027	25.194.924,36	13.594.103,93	11.600.820,43	214.903.446,86
2028	25.845.789,16	15.433.650,57	10.412.138,59	225.315.585,45
2029	26.467.443,77	16.186.626,54	10.280.817,23	235.596.402,68
2030	27.016.427,36	17.223.942,79	9.792.484,57	245.388.887,25
2031	27.465.620,25	18.236.204,87	9.229.415,38	254.618.302,63
2032	27.952.977,89	18.679.802,62	9.273.175,27	263.891.477,90
2033	28.317.352,37	20.132.440,15	8.184.912,22	272.076.390,12
2034	28.610.324,57	21.311.521,19	7.298.803,38	279.375.193,50
2035	28.766.403,42	22.801.857,50	5.964.545,92	285.339.739,42
2036	28.918.268,94	23.844.965,24	5.073.303,70	290.413.043,12
2037	29.024.474,95	24.921.886,23	4.102.588,72	294.515.631,84
2038	29.069.697,30	26.051.970,62	3.017.726,68	297.533.358,52
2039	29.034.671,60	26.748.555,64	2.286.115,96	299.819.474,48
2040	28.703.122,38	28.795.389,69	(92.267,31)	299.727.207,17
2041	28.465.722,73	29.408.050,17	(942.327,44)	298.784.879,73
2042	28.178.298,70	30.020.499,69	(1.842.200,99)	296.942.678,74
2043	27.762.202,79	30.891.674,39	(3.129.471,60)	293.813.207,14
2044	27.296.957,01	31.518.539,88	(4.221.582,87)	289.591.624,27
2045	20.790.982,49	31.859.579,23	(11.068.596,74)	278.523.027,53
2046	19.776.224,71	32.441.819,35	(12.665.594,64)	265.857.432,89
2047	18.767.091,92	32.428.030,24	(13.660.938,32)	252.196.494,56
2048	17.760.109,33	32.045.234,61	(14.285.125,28)	237.911.369,28
2049	16.672.474,45	31.825.547,66	(15.153.073,21)	222.758.296,07
2050	15.622.865,88	31.128.008,58	(15.505.142,70)	207.253.153,37
2051	14.551.918,53	30.395.985,89	(15.844.067,36)	191.409.086,01
2052	13.492.808,98	29.463.980,64	(15.971.171,66)	175.437.914,35
2053	12.396.939,51	28.703.525,97	(16.306.586,46)	159.131.327,89
2054	11.292.614,12	27.788.731,37	(16.496.117,25)	142.635.210,64
2055	10.210.198,70	26.699.399,64	(16.489.200,94)	126.146.009,70
2056	9.113.557,06	25.659.077,22	(16.545.520,16)	109.600.489,54
2057	8.030.058,09	24.532.711,07	(16.502.652,98)	93.097.836,56
2058	6.950.943,93	23.393.795,69	(16.442.851,76)	76.654.984,80
2059	5.877.789,28	22.246.002,66	(16.368.213,38)	60.286.771,42
2060	4.811.997,94	21.093.206,98	(16.281.209,04)	44.005.562,38
2061	3.754.784,91	19.939.372,34	(16.184.587,43)	27.820.974,95
2062	2.707.118,27	18.788.408,88	(16.081.290,61)	11.739.684,34
2063	1.669.735,20	17.644.355,68	(15.974.620,48)	0,00
2064	891.696,29	16.511.318,67	(15.619.622,38)	0,00
2065	807.478,16	15.393.389,41	(14.585.911,25)	0,00
2066	728.129,53	14.294.658,92	(13.566.529,39)	0,00
2067	653.745,71	13.219.127,25	(12.565.381,54)	0,00
2068	584.338,09	12.170.558,77	(11.586.220,68)	0,00
2069	519.926,33	11.152.828,63	(10.632.902,30)	0,00
2070	460.459,73	10.169.456,32	(9.708.996,59)	0,00
2071	405.832,15	9.223.627,74	(8.817.795,59)	0,00

2072	355.910,05	8.318.497,08	(7.962.587,03)	0,00
2073	310.512,64	7.456.800,76	(7.146.288,12)	0,00
2074	269.416,05	6.640.854,49	(6.371.438,44)	0,00
2075	232.379,44	5.872.819,73	(5.640.440,29)	0,00
2076	199.147,92	5.154.696,72	(4.955.548,80)	0,00
2077	169.473,90	4.488.080,54	(4.318.606,64)	0,00
2078	143.114,58	3.874.059,93	(3.730.945,35)	0,00
2079	119.851,45	3.313.456,09	(3.193.604,64)	0,00
2080	99.446,21	2.806.391,78	(2.706.945,57)	0,00
2081	81.659,37	2.351.999,83	(2.270.340,46)	0,00
2082	66.276,65	1.948.920,10	(1.882.643,45)	0,00
2083	53.084,22	1.595.133,31	(1.542.049,09)	0,00
2084	41.868,16	1.287.931,09	(1.246.062,93)	0,00
2085	32.428,64	1.024.411,85	(991.983,21)	0,00
2086	24.592,09	801.565,05	(776.972,96)	0,00
2087	18.207,99	616.236,19	(598.028,20)	0,00
2088	13.126,52	464.675,84	(451.549,32)	0,00
2089	9.182,01	342.852,53	(333.670,52)	0,00
2090	6.208,53	246.791,33	(240.582,80)	0,00
2091	4.033,93	172.535,03	(168.501,10)	0,00
2092	2.500,95	116.541,66	(114.040,71)	0,00
2093	1.464,63	75.598,79	(74.134,16)	0,00
2094	797,36	46.796,92	(45.999,56)	0,00

Fonte: Projeção Atuarial do IPMCS - Ano 2020 - data base 31/12/2019, elaborada pela empresa ACTUARIAL

CHAPADÃO DO SUL/MS
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA

EXERCÍCIO 2021

AMF – Demonstrativo 7 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)

R\$ 1.00

TRIBUTO	MODALIDADE	SETORES/ PROGRAMAS/ BENEFICIÁRIO	RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA			COMPENSAÇÃO
			2021	2022	2023	
IPTU	isenção	apresentados	87.000,00	92.000,00	98.000,00	Para compensar a renúncia sempre mantemos o nosso cadastro imobiliário e econômico atualizado, evitando a evasão de receitas. A renúncia gerada pela modalidade de desconto no IPTU e Tx. de Fiscalização e Contribuição de Melhoria já estão previstas nos lançamentos. Ampliação da base de cobrança do IPTU, ISSQN e Alvará.
	isenção	entidades sem fins lucrativos	118.000,00	125.000,00	133.000,00	
	isenção Lei 874/2011	imóveis c/ área <=45,00 m²	78.000,00	83.000,00	88.000,00	
	cancelamento	geral - reclamação por erro no lançamento	1.000,00	1.000,00	1.000,00	
	cancelamento	decisão judicial	1.000,00	1.000,00	1.000,00	
ISSQN	cancelamento	imóveis a disposição da municipalidade	4.000,00	4.000,00	4.000,00	
	prescrição	contribuinte solicitante - débito + 05 anos, não ajuzados	1.000,00	1.000,00	1.000,00	
	desconto	geral - desc pgto a vista (30%) + parc (10%)	2.774.000,00	2.945.000,00	3.129.000,00	
	remissão	pessoas carentes	24.000,00	25.000,00	27.000,00	
	remissão - REFFIS	geral - desc multa e juros	282.000,00	299.000,00	318.000,00	
Contribuição de Melhoria	remissão - PRODICHAP	empresários	17.000,00	18.000,00	19.000,00	Para compensar a renúncia sempre mantemos o nosso cadastro imobiliário e econômico atualizado, evitando a evasão de receitas. A renúncia gerada pela modalidade de desconto no IPTU e Tx. de Fiscalização e Contribuição de Melhoria já estão previstas nos lançamentos. Ampliação da base de cobrança do IPTU, ISSQN e Alvará.
	cancelamento	geral - reclamação por erro no lançamento	3.000,00	3.000,00	3.000,00	
	remissão - REFFIS	geral - desc multa e juros	112.000,00	119.000,00	126.000,00	
	prescrição	contribuinte solicitante - débito + 05 anos, não ajuzados	34.000,00	36.000,00	38.000,00	
	remissão - PRODICHAP	empresários	34.000,00	36.000,00	38.000,00	
A.I.L.M.	desconto	profissionais autônomos e empresas - impedidos de funcionar	1.000,00			
	remissão	geral - desc pgto a vista	73.000,00	78.000,00	83.000,00	
	cancelamento	geral - desc multa e juros	112.000,00	119.000,00	126.000,00	
	prescrição	contribuinte solicitante - débito + 05 anos, não ajuzados	2.000,00	2.000,00	2.000,00	
	remissão - PRODICHAP	empresários	12.000,00	13.000,00	14.000,00	
COSIP	remissão	Pessoas Carentes	12.000,00	13.000,00	14.000,00	Para compensar a renúncia sempre mantemos o nosso cadastro imobiliário e econômico atualizado, evitando a evasão de receitas. A renúncia gerada pela modalidade de desconto no IPTU e Tx. de Fiscalização e Contribuição de Melhoria já estão previstas nos lançamentos. Ampliação da base de cobrança do IPTU, ISSQN e Alvará.
	prescrição	contribuinte solicitante - débito + 05 anos, não ajuzados	2.000,00	2.000,00	2.000,00	
	remissão - REFFIS	geral - desc principal, multas e juros	56.000,00	59.000,00	63.000,00	
	remissão - desconto pgto a vista	contribuintes afetados pela LC 102/2019.	65.000,00	69.000,00	73.000,00	
	isenção	famílias de baixa renda	132.000,00	140.000,00	149.000,00	
Tx. Ocupação do Solo	remissão - COVID-19	empresas s/ias a Rodovia Municipal - impedidas de funcionar	10.000,00			
	cancelamento	geral - Reclamação - erro no lançamento	65.000,00	69.000,00	73.000,00	
	isenção - Lei Compl Fed 123/2006	MEI - Micro Empreendedor Individual	352.000,00	374.000,00	397.000,00	
	prescrição	contribuinte solicitante - débito + 05 anos, não ajuzados	2.000,00	2.000,00	2.000,00	
	remissão - PRODICHAP	empresários	1.000,00	1.000,00	1.000,00	
Tx. De Fiscalização e Funcionamento / Localização	remissão - REFFIS	geral - desc multa e juros	39.000,00	41.000,00	44.000,00	Para compensar a renúncia sempre mantemos o nosso cadastro imobiliário e econômico atualizado, evitando a evasão de receitas. A renúncia gerada pela modalidade de desconto no IPTU e Tx. de Fiscalização e Contribuição de Melhoria já estão previstas nos lançamentos. Ampliação da base de cobrança do IPTU, ISSQN e Alvará.
	desconto	geral - desc pgto a vista (20%)	131.000,00	139.000,00	148.000,00	
	desconto - COVID-19	profissionais autônomos e empresas - impedidos de funcionar	1.000,00			
	TOTAL		4.840.000,00	4.911.000,00	5.217.000,00	

Fonte: LC 037/06 (art. 190, 228, 256, 323, 375, 379 e 387), Lei ProdiChap 318/99, Lei 622/07 (Lei Fidelidade IPTU), Lei Ordinária nº 874/2011, Lei REFFIS

CHAPADÃO DO SUL/MS
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO

EXERCÍCIO 2021

AMF – Demonstrativo 8 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)		R\$ 1,00
EVENTOS	Valor Previsto para 2021	
Aumento Permanente da Receita	8.426.000,00	
(-) Transferências Constitucionais	0,00	
(-) Transferências ao FUNDEB	685.000,00	
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)	7.741.000,00	
Redução Permanente de Despesa (II)	0,00	
Margem Bruta (III) = (I+II)	7.741.000,00	
Saldo Utilizado da Margem Bruta (IV)	5.520.000,00	
Impacto do Reajuste Inflacionário do Salário dos Servidores Públicos	3.390.000,00	
Impacto da Majoração da Contribuição Patronal de 11% para 16% (Emenda Constitucional 103/2019)	2.070.000,00	
Impacto do Reajuste da CASSSEMS em função do Reajuste Salarial dos Servidores	60.000,00	
Margem Líquida de Expansão de DOCC (V) = (III-IV)	2.221.000,00	

Fonte: Prestação de Contas de Governo (BG) 2017, 2018 e 2019 / Resumo Folha Março-2020 / Projeção Atuarial do IPMCS

CHAPADÃO DO SUL/MS
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE RISCOS FISCAIS
DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS

EXERCÍCIO 2021

ARF (LRF, art 4o, § 3º)

R\$ 1,00

PASSIVOS CONTINGENTES		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Demandas Judiciais	100.000,00	Abertura de créditos adicionais a partir da Reserva de Contingência	100.000,00
Avais e Garantias Concedidas	100.000,00	Abertura de créditos adicionais a partir da Reserva de Contingência	100.000,00
Assistências Diversas	300.000,00	Abertura de créditos adicionais a partir da Reserva de Contingência	300.000,00
Outros Passivos Contingentes	300.000,00	Contenção de gastos na mesma proporção	300.000,00
SUBTOTAL	800.000,00	SUBTOTAL	800.000,00

DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Frustração de arrecadação	1.000.000,00	Limitação de Empenho	1.000.000,00
SUBTOTAL	1.000.000,00	SUBTOTAL	1.000.000,00
TOTAL	1.800.000,00	TOTAL	1.800.000,00

Fonte: Assessoria Jurídica / Secretaria Municipal de Finanças e Planejamento



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: E33A-E08C-9478-0292

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

- ✓ JOÃO CARLOS KRUG (CPF 250.233.811-53) em 14/04/2020 15:13:54 (GMT-04:00)
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://chapadaodosul.1doc.com.br/verificacao/E33A-E08C-9478-0292>